



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDICINARES

FRANCISCO SEVERINO DE ALMEIDA

**O PROCESSO HISTÓRICO E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ-PB:
EDUCANDO PARA O PATRIMÔNIO**

Sousa – PB
2014

FRANCISCO SEVERINO DE ALMEIDA

**O PROCESSO HISTÓRICO E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ-PB:
EDUCANDO PARA O PATRIMÔNIO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Prof^ª. Ma Ariane Benicio

Sousa- PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A447p Almeida, Francisco Severino de
O Processo histórico e cultural do município de Santa Cruz-
PB [manuscrito] : educando para o patrimônio / Francisco
Severino de Almeida. - 2014.
40 p. : il. color.

Digitado.
Monografia (Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas
Interdisciplinares EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-
Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.
"Orientação: Prof^ª. Maria Ariane Kércia Benício de Sá
Barreto, Departamento de Filosofia e Ciências Sociais".

1. Ensino de História. 2. Historiografia. 3. Docente. I.
Título.

21. ed. CDD 372.89

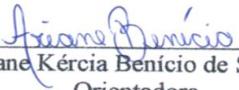
FRANCISCO SEVERINO DE ALMEIDA

O PROCESSO HISTÓRICO E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ-PB:
EDUCANDO PARA O PATRIMÔNIO

Monografia apresentada para o Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA



Profª Ma. Ariane Kércia Benício de Sá Barreto/UEPB
Orientadora



Profª Dra. Ana Alice Rodrigues Sobreira /UEPB
Examinadora



Profª Dra. Ada Keesa Guedes Bezerra/UEPB
Examinadora

Dedico esta conquista à minha família que
sempre me apoiou.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, que sem sua força e sua proteção não teria conseguido nada. Em segundo lugar a toda a minha família que de alguma forma colaborou para minha formação.

Ao Governo do Estado da Paraíba, em particular, à Universidade Estadual da Paraíba e à Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, pela oportunidade, pelo apoio, incentivo e desenvolvimento deste curso.

Em especial aos Professores que me deram aula e me ajudaram e, de certa forma também me orientaram. A minha orientadora Ariane Benício pela ajuda e orientação, muito obrigada.

A minha família, pelo apoio e compreensão e por acreditar na educação como elemento essencial para a nossa vida.

Para estudar o passado de um povo, de uma instituição, de uma classe, não basta aceitar ao pé da letra tudo quanto nos deixou a simples tradição escrita. É preciso fazer falar a multidão imensa dos figurantes mudos que enchem o panorama da História e são muitas vezes mais interessantes e mais importantes do que os outros, os que apenas escrevem a História.

Sérgio Buarque de Holanda

RESUMO

Neste trabalho busca-se tratar do ensino de história a partir de uma abordagem historiográfica com o objetivo de analisar a importância da história local para a formação dos concluintes no Ensino Fundamental, 5º Ano. Tenta-se compreender de que forma o trabalho com a história local em sala de aula oferece possibilidades e estímulo para que o aluno possa compreender a sua realidade através de uma reflexão pessoal sobre os assuntos abordados. Parte-se da premissa de que a história é uma experiência humana, e que ao resgatarmos essas experiências vividas por nossos antepassados incorporamos saberes que desenvolvem a consciência cívica e o reconhecimento de sua herança cultural, estes servirão para compreender a sua realidade e a dimensão das experiências de vidas de outros grupos sociais. Para isso foi realizada uma pesquisa de campo na comunidade local junto aos alunos do 5º ano do ensino fundamental, com aplicação de questionários e entrevistas à comunidade. As discussões foram subsidiadas teoricamente pelos estudos de BITTENCOURT (2004), FONSECA (2003), CABRINI (1986), e outros. Assim, diante de novas propostas metodológicas cabe ao professor analisar as possibilidades de novas abordagens da história local em sala de aula. Aqui, como proposta teórico-metodológica de ensino, focou-se no aluno como construtor e sujeito capaz de compreender a si mesmo e ao próximo a partir do resgate da memória de pessoas comuns e grupos específicos contemplados pelo estudo historiográfico.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História, Historiografia, Professor de História.

ABSTRACT

This paper seeks to address the teaching of history from a historiographical approach in order to analyse the importance of local history for the training of graduates in Elementary, 5th school year. We try to understand how to work with the story place in the classroom provides opportunities and encouragement for the student to understand their reality through a personal reflection on the issues raised. Part of the premise of the story is a human experience, and to rescue such expedencies experienced by our ancestors incorporated knowledge that develop civic awareness and recognition of their cultural heritage, they serve to understand their reality and the size of life experiences of other social groups. For this field research was conducted in the local community along with students from the 5th grade of elementary school, with questionnaires and interviews to the community. The discussions were theoretical studies subsidized by Bittencourt (2004), Fonseca (2003), CABRINI (1986), and others. Thus, faced with new methodological proposals the teacher should examine the possibilities for new approaches to local history in the classroom. Here, as a theoretical and methodological approach to teaching, he focused on the student as a builder and subject able to understand yourself and others from rescuing the memory of ordinary people and specific groups contemplated by historiographical study.

KEYWORDS: Teaching of History, Historiography, History Professor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA	14
1.1 METODOLOGIA HISTORIOGRÁFICA	17
1.2 A RELAÇÃO ENTRE CONHECIMENTO E OS DOCUMENTOS	18
2. HISTÓRIA LOCAL E ENSINO DE HISTÓRIA	22
2.1 OS BENS CULTURAIS.....	23
2.2 NOVAS ABORDAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA.....	25
2.3 PATRIMÔNIO CULTURAL.....	28
3. RECONSTITUINDO A HISTÓRIA MUNICIPAL: UMA EXPERIÊNCIA EM PESQUISA-AÇÃO	31
3.1 O PROJETO E OS RESULTADOS.....	35
REFERÊNCIAS	41
ANEXOS	44

INTRODUÇÃO

Para atuarmos no mundo de forma consciente precisamos resgatar a nossa identidade a partir da nossa própria história de vida. A compreensão de nossa história de vida e história local é necessária para podermos nos sentir parte integrante de uma localidade e atuar com dignidade, nos colocando como sujeitos históricos, refletindo sobre nossas práticas cotidianas, e fazendo uma relação entre as problemáticas históricas que estão ligadas ao nosso grupo de convívio, para assim podermos entender a que grupos sociais pertencemos.

E essa construção só será possível através do conhecimento Histórico no Ensino Fundamental que deve despertar no educando uma cultura de valores e ideias que nos apropriamos e utilizamos como referência para entender o mundo que nos rodeia.

Precisamos compreender que o estudo histórico desempenha um papel importante quando contemplamos a história do município relacionando-a com outros acontecimentos políticos, econômicos e sociais que interferem nos bens culturais sendo implantados e vivenciados em decorrência de movimentos entre indivíduos, os grupos, os povos e o mundo social em uma determinada época.

Diante deste contexto, o aluno passa a perceber que o sujeito histórico se caracteriza na inter-relação complexa, duradora e contraditória entre as identidades sociais e as pessoais e passa a perceber que o trama da História não é o resultado apenas da ação individual ou ideológica, mas de todos que, de maneira consciente ou inconsciente de todos os agentes sociais, individuais ou coletivos, contribuem para a formação histórica de um povo.

Com essa compreensão estudos atuam postulam que o ensino de História deve garantir ao aluno uma percepção sobre os seus valores e suas práticas cotidianas e fazer uma relação entre as problemáticas históricas que estão ligadas a um determinado grupo de convívio, ao seu lugar, à sua região, à sua sociedade nacional e mundial contribuindo para a construção da sua identidade induzindo o aluno a se sentir membro ativo da sociedade civil, uma vez que faz prevalecer seus direitos de acesso aos o ensino na formação da cidadania, é preciso compreender que a memória dos fatos de um grupo promovem vínculos com as demais gerações a partir das raízes culturais que caracterizam a sociedade humana, como defende Circe Bittencourt, 2008:

[...] a História deve contribuir para a formação do indivíduo comum, que enfrenta um cotidiano contraditório, de violência, desemprego, greves, congestionamentos, que recebe informações simultâneas de acontecimentos internacionais, que deve escolher seus representantes para ocupar os vários

cargos da política institucionalizada. Esse indivíduo que vive o presente de, pelo ensino da História, ter condições de refletir sobre estes acontecimentos, localizá-los em um tempo conjuntural e estrutural, estabelecer relações entre os diversos fatos de ordem política, econômica e cultural (...). temos que o ensino de História deve contribuir para libertar o indivíduo do tempo presente e da imobilidade diante dos acontecimentos, para que possa entender que cidadania não se constitui em direitos concedidos pelo poder instituído, mas tem sido obtida em lutas e em diversas dimensões. (BITTENCOURT, 2008, p. 58).

Para que possamos desenvolver habilidades e dar sentido aos bens culturais do território em que vivemos devemos programar processos de ensino para relacionar o conhecimento histórico aos bens culturais despertando a consciência cívica em relação ao patrimônio cultural resgatando o processo histórico de uma localidade através de objetos de pesquisa que podem ser usados para produzir informações.

Sabemos que existe certa preocupação e insegurança por parte dos professores de História no tocante ao currículo, uma vez que cabe a ele buscar sentido e significado para o conhecimento que ministra e superar a mera transmissão de informações que, normalmente, não leva o aluno ao seu desenvolvimento intelectual e o impossibilita de consolidar habilidades de análise da própria realidade local.

As possibilidades de fontes para fazer conhecer a História local são inúmeras, podemos despertar a atenção para a importância do papel do professor na aplicação desta nova metodologia com o propósito de tornar as aulas mais prazerosas levando os alunos a perceberem que sua própria vida já é uma grande história, e que o conhecimento pode ser elaborado por todos independente de qualquer aspecto social, político, econômica e cultural.

Precisamos criar métodos que privilegie habilidades que devem ser posta em prática de forma que os objetos adquirem valor de patrimônio cultural que devem ser preservados, protegidos e posto em exposição a fim de facilitar e tornar segura a transformação deles em instrumento de informação para que possa ser mais bem compreendido sua estruturação e configuração.

A história do município e a existência de documentos e patrimônio históricos somados aos elementos de sua economia articulam o presente ao passado. A realidade política e econômica atual do município é o resultado do processo de ocupação do espaço e a partir dessa realidade surgem as reivindicações. E o número de trabalhos historiográficos quando existem nos municípios é muito restrito e em geral, produzido por não especialistas.

Considerando que há uma preocupação com a implantação de uma metodologia para o estudo da história local e a importância do seu ensino, é preciso que os próprios professores

desenvolvam sua própria consciência crítica para compreender os planos curriculares estabelecidos nos parâmetros curriculares no âmbito nacional, estadual ou municipal.

Portanto isso o presente trabalho tenta responder a seguinte questão: Quais as dificuldades e possibilidades da inserção da história local na metodologia do ensino de história no ensino fundamental?

Nessa perspectiva, o presente trabalho objetiva analisar a importância da história local para a formação dos concluintes do Ensino Fundamental 5º Ano. Para isso, realizou-se uma pesquisa de campo na comunidade local junto aos alunos do 5º Ano do ensino fundamental da Escola Municipal Adauto Ferreira de Andrade, com aplicação de questionários e entrevistas à comunidade.

Desenvolveu-se um projeto didático-pedagógico com os alunos onde se reconstituiu por meio das análises de entrevistas que resgatem a história do Município Santa Cruz-PB, visando comprovar que o idealismo e o trabalho de um povo se estreitam na medida em que todos se sentem parte integrante do processo histórico, viabilizando laços intelectuais e afetivos que permitem o desenvolvimento de atitudes de valorização e respeito em relação àquilo que forma a identidade local. Além disso, se reconhece a importância das diferentes formas de vidas existentes no lugar, desenvolvendo ações que visem promover o patrimônio histórico cultural construído por diferentes pessoas ao longo do tempo, despertando a necessidade de valorizar esses patrimônios para exercer a sua cidadania de forma consciente.

Ao entrar em contato com essas fontes o aluno vai se tornando capaz de reconhecer as personagens históricas em diferentes épocas e grupos sociais relacionados a Religião, Ciência, Arte e Economia. E assim passará a diferenciar o que constitui informação das fontes documentais e o que consiste em interpretação dos historiadores, compreendendo ambos como produtos de contextos específicos.

Nesse processo de aprendizagem cabe ao professor incentivar o diálogo, transformando a sua sala de aula não apenas em “um espaço onde se transmite informações”, como diz Schmidt (2004), mas num local onde se desenrola “uma relação de interlocutores que constroem sentidos”.

Confrontando o que é de domínio dos alunos com as hipóteses explicativas dos temas em estudo o professor irá reconhecer o que precisa ser questionado a partir do presente e do passado para identificar as diferentes organizações sociais nos contextos socioeconômico, cultural e político em que estão inseridos os alunos, a escola e o professor para dar sentido a nossa existência que é fruto de um trabalho coletivo, possibilitando uma compreensão do

contexto histórico cultural e social e para mediação com a diversidade que irão dar sentido para a construção da cidadania e da vida em uma sociedade plural e democrática.

Essas considerações permitirão, afinal, a fidelidade do artigo 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que enfatiza a importância de “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

São, portanto, com base nessas premissas que pretendemos refletir sobre as possibilidades de compreensão dos processos históricos que se estabeleceram entre os grupos humanos nos diferentes tempos e espaços, contribuindo para uma melhor conscientização dos saberes acumulados no diversos grupos sociais, regionais e nacionais e de outros povos, mostrando as diferenças e semelhanças, buscando relacionar o presente através do passado comparando as problemáticas que contribuem para as desigualdades de classes.

Assim, o trabalho foi organizado em cinco capítulos que se completam: O primeiro trata da História e Historiografia, onde considera professor e aluno como sujeitos na produção do conhecimento histórico. No segundo capítulo discute-se sobre História local e ensino de história, onde se observam os conteúdos que devem ser aplicados nas séries iniciais a partir da história local, atribuindo sentido que garanta a capacidade de desenvolver na criança um conhecimento significativo partindo do entorno da escola. Já no terceiro e último capítulo, que representa o cerne deste trabalho, analisa-se o processo de reconstituição da história Municipal a partir de uma experiência em pesquisa-ação. Neste último a reflexão está totalmente direcionada aos questionamentos sobre o que é ensinar História fundamentada no passado, mostrando a importância do trabalho com fontes históricas que expandem-se das limitações do livro didático.

1 HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Ao considerar professor e aluno como sujeitos na produção do conhecimento histórico deve-se favorecer um ensino significativo com abordagens metodológicas que privilegiem a sua formação integral.

Para que o ensino de História torne-se significativo faz-se necessário problematizar o conhecimento a ser trabalhado, pois em primeiro lugar, deve-se “partir do pressuposto de que ensinar História é construir um diálogo entre o presente e o passado, e não reproduzir conhecimentos neutros e acabados sobre fatos que ocorreram em outras sociedades e outra época”. (SCHIMIDT, CAINELLI, 2004, p. 52)

Dessa maneira, cabe ao professor lançar mão de metodologias que levem os alunos a investigarem sobre determinados conteúdos através de um planejamento de pesquisa propondo análises que permita uma compreensão mais elaborada deste conteúdo, contribuindo para a formação da sua consciência histórica e sujeitos críticos capazes de atribuir novos conhecimentos atribuindo-lhe significados.

Nesse contexto com base na historiografia o professor pode selecionar o conteúdo, levantar hipóteses com problemáticas relacionadas ao passado e que despertem no aluno a necessidade de buscarem novas fontes de pesquisas e argumentarem quanto à ideias expostas pelos historiadores considerando o momento histórico, em que circunstância e que finalidade foi feito, levando-o a compreender que em primeiro lugar partir do pressuposto de que ensinar História é construir um diálogo entre o presente e o passado, e não reproduzir conhecimentos neutros e acabados sobre fatos que ocorreram em outras sociedades e outra época (SCHIMIDT 2004, p. 52)

Daí a necessidade de se trabalhar a história local uma vez que vai suscitar no aluno um interesse na busca de compreender fatos locais, considerando a diversidade cultural e os movimentos sociais organizados, já que o conhecimento pode ser elaborado independente de qualquer aspecto social, político, econômico e cultural. Mas, infelizmente, “o que se vê atualmente é que os objetos não têm sido usados para produzir conhecimento na sala de aula. Para transformá-los em objeto de informação, é preciso haver vontade de conhecer as habilidades cognitivas e práticas”. (MATTOZZI, 2008).

Mattozzi reclama que, na escola, é preciso seguir no mesmo conceito de ruptura que uma vez trouxe abaixo algumas imposições tradicionais do conceito de história. Sobre isso, vale lembrar que um dos momentos simbólicos da ruptura com a visão tradicional da História foi a publicação da revista francesa “Annales: économies, sociétés, civilisations”. Os

historiadores franceses entendiam o passado como fonte de relações sociais para explicar os acontecimentos estudados. Como lembra-nos Martins,

A história total de Lucien Febvre e Marc Bloch – fundadores da revista e posteriormente escala dos *Annales* (1929) - trouxe a proposta de uma disciplina histórica na qual o econômico e o social ocupam lugar central e as estruturas duráveis, os fenômenos de longa duração e os comportamentos coletivos são mais reais e determinantes do que os regimes políticos, as iniciativas individuais e os acidentes de conjuntura (cânones do pensamento da corrente precedente). (MARTINS, 2000, p. 153).

Atualmente a História cultural muda de configuração adquirindo visibilidade pela renovação de seus campos de pesquisas, diante da diversidade temática e de objetos, além de oferecer inúmeras fontes das correntes históricas. Uma dessas correntes historiográficas é a micro história, a qual se reduz a escala de análise, explorando intensivamente um objeto determinado. Conforme Roger Chartier (2002, p.95):

[...] cada micro-história pretende reconstruir, a partir de uma situação particular, normal porque excepcional, a maneira como os indivíduos produzem o mundo social, por meio de suas alianças e confrontos, através das dependências que os ligam ou dos conflitos que os opõem (CHARTIER 2002, p. 95).

Diante disso Lavihe impõe a seguinte discussão:

Enquanto na maioria dos países se diz que o objetivo do ensino de história é desenvolver nos alunos as capacidades de que o cidadão precisa para participar da sociedade de maneira autônoma e refletida, o ensino de história, ainda é muitas vezes reduzido a uma narrativa fechada, destinada a moldar a consciência e a ditar as obrigações e os comportamentos para a nação. (LAVILLE, 1999, p. 135).

Daí a importância de estudar o tema identidade a partir de dados locais, uma vez que as mudanças são rápidas, constantes e permanentes. Nesse sentido, a pluralidade de identidades possibilita o reconhecimento de suas consequências políticas, e que estas identidades mudam de acordo com os questionamentos sofridos pelos indivíduos, podendo estes ganhá-las ou perdê-las, como diz Hall. Nestas novas identidades surgidas, frequentam os diferentes segmentos sociais.

Sendo assim, Cuhe afirma que essa identidade é tida como “uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas”, distinguindo identidade de cultura, pois a cultura depende de processos inconscientes. No entanto, se a

identidade é um processo de pura escolha, nega-se a sua construção social, ou seja, “que se dá no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes, e por isso mesmo, orientam suas representações e suas escolhas”.

Para Nora (1993, p.17) os lugares são:

Espaços criados pelo indivíduo contemporâneo diante da crise dos paradigmas modernos, e com estes espaços se identificam, se unificam e se reconhecem agentes de seu tempo, isto é, a tão desejada volta dos sujeitos: “a atomização de uma memória geral em memória privada dá a lei da lembrança um intenso poder de coerção interior. Ela obriga cada um a se lembrar e a reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade. Este pertencimento em troca o engaja inteiramente” (NORA 1993, pp.17).

Assim como esses lugares são forma de acesso para Nora como afirma Arevalo

Há uma memória que não é memória, é história, porque está reconstituída através de vestígios, e mais importante, uma memória que é reivindicada e não espontânea, [...]. Essa memória não é mais construída no grupo, mas para o grupo pela história, para que este possa nela encontrar elementos que legitimem sua ação política no presente. (AREVALO, 2007, p.11).

Então, esses lugares são formas de acesso e nos leva a refletir sobre a memória de um povo evidenciando seus enfoques políticos que servirão de marcos para explicar a sua manifestação cultural na época e que se transforma como o passar do tempo para que se possa construir o presente. Conforme o raciocínio de Santos:

[...] Por memória podemos compreender reminiscências através das quais nos encontramos com o passado, repetição de atitudes e sentimentos dos quais raramente nos damos conta, construção e reconstrução de nossas identidades ao longo de nossas vidas, e até mesmo o inexplicável saber. Esses são, no entanto, aspectos da memória que só podem coexistir e ser criticamente analisados numa orientação que considere que eles não só se transformam ao longo do tempo, como também transformam o presente à medida que reinterpretam o passado. (SANTOS, 1993, p. 33).

A construção da identidade no mundo contemporâneo está, portanto vinculada à interação do sujeito com o meio social, permitindo que o indivíduo se localize socialmente, uma vez que possibilita a percepção dele como sujeito e agente da História ao identificar as relações dos diferentes grupos humanos em tempos e espaços diversos.

1.1 METODOLOGIA HISTORIOGRÁFICA

Para o ensino fundamental as propostas curriculares devem ser fundamentadas em teoria metodológica baseada em produção historiográfica, neste sentido os conceitos são fundamentais para o conhecimento histórico quando busca coerência entre os objetivos da disciplina, os fundamentos historiográficos e pedagógicos:

Com isso, o aluno estará construindo um instrumental conceitual que permitirá a identificação das diferenças e de suas formas próprias de realização na História; estará também superando o egocentrismo e o individualismo na compreensão do caráter social da experiência humana (SEE/RJ, p. 77).

Nesse sentido, o ensino de história deve ser visto como um processo ao invés de se preocupar com conceitos prontos uma vez que não podemos conhecer toda história da humanidade, mas despertar no aluno uma visão de que estudar história requer uma sistematização de conteúdos que através dos temas geradores para abordagens de conceitos permitirá ao aluno buscar informações em outras fontes além do livro didático, como músicas, vídeos, textos de jornais, imagens a fim de incorporar a história como um processo e não necessariamente uma aprendizagem, mas de incorporar ideias que estão associadas a acontecimentos históricos estão relacionados a cultura de um povo numa determinada época e que o momento vivido por eles requer autonomia para discernir o que realmente pode ser visto como forma produtiva para a humanidade.

Dentro destas novas perspectivas historiográficas existem, também, as preocupações de introduzir a História Local no ensino de História. Para Proença (1990, pág.139): “Assiste-se presentemente ao desenvolvimento de uma História Local que visa tirar partido das novas metodologias e cujos temas poderão ter um aproveitamento didático motivador e estimulante”.

O professor deve abordar uma metodológica considerando os saberes que os alunos já elaboraram no convívio familiar, social e escolar, criando situações de aprendizagem através de perguntas e pesquisas para que desenvolvam atitudes críticas e investigativas e demonstrem curiosidades em buscar informações a partir do contexto histórico no momento estabelecendo uma relação entre as estruturas econômicas, políticas e culturais da sociedade em que está inserido.

Dessa forma quanto mais o professor interagir criando situações de debate e troca de opiniões em várias atividades irá garantir maior possibilidade de socialização e melhoria do aprendizado.

Para compreender que a História nos ajuda a entender melhor o presente o professor deve explicar que com o passar do tempo os homens foram deixando sinais de sua existência para que pudéssemos conhecer o passado e que tem um grande significado histórico, pois revelam a sua forma de vida naquela época que são prédios, objetos, obras de arte, cartas, textos impressos, fotografias e são considerados um patrimônio histórico das pessoas, dos grupos e das nações.

Trabalhar nesse sentido possibilita o aluno aprender a história de um “jeito diferente”, estabelecendo uma visão entre a história vivida e a história presente e como os grupos se constituem historicamente nos diferentes modos de viver em espaços que são construídos socialmente e modificados de acordo com as mudanças política e econômica de forma estrutural que determina a identidade de uma região.

1.2 A RELAÇÃO ENTRE CONHECIMENTO E OS DOCUMENTOS

Os documentos que aparecem nos materiais didáticos como fonte de registro servem para representar a história sobre determinados conteúdos abordando temas com vista na produção do conhecimento em sala de aula, considerando que o professor assume uma função de mediador, capaz de transmitir a representação da história sobre determinado conteúdo. Assim como expõe Luiz Fernando Cerri e Angela Ribeiro Ferreira,

[...] os questionamentos sobre o uso restrito e exclusivo de fontes escritas conduziu a investigação histórica a levar em consideração o uso de outras fontes documentais, aperfeiçoamento de várias formas de registros produzidos. A comunicação entre os homens, além de escrita é oral, gestual, figurada, música e rítmica. (CERRI, 2007, p. 72).

As fontes históricas são o material que os historiadores se apropriam por meios de abordagens específicas, métodos diferentes técnicas variadas para tecerem seus discursos históricos. (Pinsk, 2005, p. 7). E são entendidas como vestígios deixados por uma sociedade do passado e servem para que os historiadores façam a sua investigação através de métodos de interpretação que servirão de fundamentos para entender a sua historicidade, que segundo Silva,

[...] a fonte histórica passou a construção do historiador e suas perguntas, sem deixar de lado a crítica documental, pois questionar o documento, não era apenas construir interpretações sobre eles, mas também conhecer sua origem, sua relação com a sociedade que o produziu. (SILVA, 2006, p. 162).

Assim as fontes servem para mostrar como viviam os homens no passado e estabelecer uma relação com o presente. Que para Bloch “A ignorância do passado não se limita a prejudicar a compreensão do presente; componente no presente a própria ação”. (BLOCH, 2001, p. 65).

Podemos considerar que as fontes históricas assumem um papel fundamental que ajudam na compreensão dos fatos, pois revelam o sentido que servirá de base para despertar no aluno uma visão mais dinâmica de interpretação do que ocorreu no passado. Assim,

A presença de outros mediadores culturais, como objeto da cultura, material, visual ou simbólica, que ancorados nos procedimentos de produção do conhecimento pelos alunos, tornando possível “imaginar”, reconstruir o não vivido diretamente, por meio de variadas fontes documentais. (SIMAN, 2004, p. 88).

Contudo, o uso de fontes não deve apenas servir para mostrar o que elas representaram no passado, mas conduzir o aluno a contextualizar sobre uma visão do presente para entender de que forma a história é escrita. Como afirma Carlos Nogueira Fino.

A inclusão de uma nova ferramenta, ela própria portadora de uma carga anterior que conduziu a concepção e construção num processo de comportamento, introduz diversas funções novas relacionada com o uso de referidas ferramentas e com seu controle (...) assim a utilização de artefatos, dever ser reconhecida como transformadora do funcionamento da mente, e não apenas como meio de facilitar processos mentais já existentes, (FINO, 2001, s/p).

Precisamos entender que existem várias maneiras de interpretar a história, cabe ao pesquisador e ao professor dialogar para diferenciar a história oficial, a acadêmica que retrata os fatos de forma crítica, que muitas vezes não é conhecida pela maioria das pessoas e a história contada pelos mais velhos, essa última não tida como uma garantia de verdade, porém pode ajudar a despertar o interesse dos alunos nos anos iniciais por ser mais atraente e que não deve ser substituída pela pesquisa história, pois todos nós guardamos na memória os acontecimentos de época passadas que são as transformações que ocorreram na rua, no bairro,

como viviam as pessoas, como eram organizadas as festas, como era relação das famílias em fim são formas diferenciadas de resgatar a história local.

As fontes ou documentos históricos são considerados procedimentos fundamentais em sala de aula, pois estimula a observação e permite uma maior reflexão sobre os conteúdos dos documentos.

Os documentos são fundamentais como fontes de informações a serem interpretadas, analisadas e comparadas. Nesse sentido, eles não contam, simplesmente, como aconteceu à vida no passado. A grande maioria não foi produzida com a intenção de registrar para a posteridade como era a vida em uma determinada época; e os que foram produzidos com esse objetivo geralmente tendem a contar uma versão da História comprometida por visões de mundo de indivíduos ou grupos sociais.[..]. (PCN: História e Geografia, SEC, 2000, p. 79-81).

Deste modo, o estudo e análise de fontes históricas pode ser o ponto de partida para levar o aluno ao verdadeiro entendimento do “fazer histórico” na sala de aula, pois passa a perceber que o ofício do historiador é escrever a História a partir das fontes. Isso pode ajudar no aluno a desenvolver o seu espírito crítico e o significado das fontes históricas.

Ao trabalharmos com a prática da análise de fontes históricas estamos permitindo ao aluno estabelecer a distinção entre documentos propriamente ditos, e os que auxiliam na construção do saber como os filmes, quadros, mapas, livros, etc., que foram produzidos a partir de olhares e questões pessoais.

Nesse sentido Bittencourt, nos adverte:

[...] a transposição didática do fazer histórico pressupõe, entre outros procedimentos, que se trabalhe a compreensão e a explicação histórica. Podem ser priorizados alguns pontos de explicação histórica para serem transpostas para a sala de aula e comporem o que denominamos a Educação Histórica [...] A problematização histórica, ao ser transposta para o ensino, traz múltiplas possibilidades e também questionamentos [...]. Na prática da construída a partir de questões colocadas pelos historiadores ou das que fazem parte das representações dos alunos, de forma tal que eles encontrem significado no conteúdo que aprende. [...] é preciso que se leve em consideração o fato de que a História suscita questões que ela própria não consegue responder e de que há inúmeras interpretações possíveis dos fatos históricos [...] (BITTENCOURT, 2008, p. 60).

Nesse sentido ela nos orienta a não confundirmos recursos didáticos com fontes históricas. Os recursos didáticos como filmes, são ferramentas que auxiliam a dinamizar e efetivar o ensino aprendizagem, assim como os trabalhos didáticos, debates e jogos é formas

de organizar o fazer didático, porém o conhecimento histórico deve ser fundamentado em atividades do historiador.

2. HISTÓRIA LOCAL E ENSINO DE HISTÓRIA

Para definir história local no espaço de ensino se faz interessante começarmos refletindo a cerca dos conceitos que Circe Bittencourt apresenta:

A história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho, lazer – e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente. (BITTENCOURT, 2004, P. 168).

A importância da história local para o ensino é inegável, mas é necessário que os conteúdos aplicados nas séries iniciais referentes a essa história sejam atribuídos sentidos que garantam a capacidade de desenvolver na criança um conhecimento significativo, partindo do entorno da escola, pois permite que ela desperte a sua curiosidade e se envolva no processo a partir de uma melhor assimilação dos conteúdos.

Ao abordarmos a História local estamos tentando reconstruir a história da vida social de uma determinada localidade para garantir uma melhor aceitação e buscar alternativas para uma aprendizagem significativa, é fundamental que se incorporem ao currículo metodologias voltadas para o estudo do cotidiano do aluno enfatizando uma história que resgate a sua memória.

Como sabemos o local é o primeiro espaço de atuação do homem, e ao estudar a história local estamos possibilitando uma permanente reflexão a cerca das ações e sentir-se respeitados como sujeitos históricos e cidadãos. É resgatar a sua cidadania identificando suas especificidades próprias, e de cada local para construção do processo de sua identidade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de História, para o ensino fundamental inicial, destaca que é de grande importância conhecer quais as características dos grupos sociais de sua convivência para ampliar estudos e saber como vivem os outros grupos da sua localidade presente, identificando as divergências e semelhanças existentes entre os grupos sociais e seus costumes.

De acordo com Neves (1997, pág.7), “[...] a construção do conhecimento a partir da vivência, portanto, do local e do presente, é a melhor forma de superar a falsa dicotomia entre a produção e a transmissão, entre pesquisa e o ensino/divulgação, enfim, entre o saber e o fazer”.

Fundamentados nas concepções de Lev Semmenovich Vygotsky, Rabelo e Passos nos ajudam a compreender o aluno como o agente social e a partir da explicação de como se estabelecem os significados da linguagem em suas fases iniciais pelo processo cognitivo, que “privilegia a aquisição do conhecimento pela intercepção do sujeito com o meio, o sujeito interativo adquire conhecimento a partir da relação intra e interpessoais e de troca com o meio, a partir de um processo mediação.” (RABELO; PASSOS, 2009, s/p).

Os conceitos vão sendo adquiridos ao longo do desenvolvimento biológico e cognitivo, que não ocorre de forma mecânica, mas quando são atribuídos sentido. Portanto as ferramentas que o professor utiliza são essenciais como transformadora de mentes. “Os processos sociais e psicológicos humanos formam-se através de ferramentas, os quais servem para proceder às mediações entre os indivíduos e o meio físico que o envolve”. (FINO, 2001, S/P).

Assim para garantir um ensino que realmente tenha sentido é necessário compreender o que se estabelece na legislação e em parâmetros para o ensino fundamental de história para questionar os planos curriculares oficialmente elaborados e analisar em que situações devem ser introduzidos o ensino da história local, pois ao adotar os livros didáticos pode conduzir o aluno a uma atitude de incapacidade de participação social, como afirma Davis:

Ao negarem a participação popular da história, os livros didáticos induzem o aluno as camadas populares a pensar que sua história não tem valor, que sua história não é história, que só as iniciativas dos grupos dominantes são dignos de registro, de estudo, são exemplos. Sendo induzido a desvalorizar o seu passado, o aluno tenderá também a subestimar a seu papel na manutenção e/ou transformação do presente, o que conduz ao fatalismo, ao sentimento de impotência de transformação do mundo, e a aceitação das elites para a direção da sociedade. (DAVIS, p. 104).

Daí a necessidade da escolha dos conteúdos, já que o processo histórico é muito complexo, não sendo possível dar conta de todos os acontecimentos, precisamos entender que não é necessário estudar História, mas problematizar o passado para entender o presente, pois muitas coisas que aconteceram são sempre refletidas no presente.

2.1 OS BENS CULTURAIS

Durante muito tempo “elegemos, no decorrer da História, os bens culturais representativos dos segmentos dominantes, sobretudo os ligados ao elemento de origem

européia, e relegamos ao esquecimento a contribuição de outros segmentos étnicos na formação da cultura brasileira” (SANTOS, 1993, p. 136).

Podemos perceber isso quando observamos os nomes das ruas, avenidas e os monumentos históricos da nossa cidade, sempre estão voltados para pessoas que assumiram algum cargo de dominação e legitimação do poder esquecendo-se dos demais segmentos da sociedade que são considerados excluídos por não fazem parte das elites, mas que deixaram a sua contribuição no desenvolvimento da economia do nosso país como os negros. A nova constituição procura corrigir “essa distorção da política” e tentar resgatar a importância dos outros segmentos da sociedade que contribuíram com sua cultura e compreender que somos uma nação multirracial e que nem sempre são valorizadas.

Sabemos que os bens culturais podem servir de fonte para o ensino aprendizagem através de um trabalho investigativo. Isso requer do professor uma metodologia que desenvolva habilidades interpretativas através de projetos que conduzam o aluno a perceber as coisas que podem servir de fonte na construção do conhecimento. Diante da visão do historiador Lucien Febvre (1878-1956) (1949):

A história é feita com documentos escritos, é claro. Quando existem. Mas pode e deve ser feita sem documentos escritos, se não há nenhum. Contudo aquilo que a engenhosidade do historiador lhe permite utilizar para produzir o seu mel mesmo se não há as flores habituais. Portanto, com palavras, sinais, paisagens, telhas; com as formas do campo e das ervas daninhas; com o eclipse da Lua e com os cabrestos dos cavalos de arado; com a experiência em pedras dos geólogos; e com a análise de metais feita pelos químicos. Enfim, com tudo o que, por pertencer ao homem, depende do homem, serve ao homem, exprime o homem, demonstra a sua presença, a sua atividade, os seus gostos e as maneiras de ser do homem. Talvez toda uma parte, a mais fascinante, do trabalho de historiador não consista precisamente no esforço contínuo de dar voz às coisas mudas, de fazê-las dizer o que por si só não dizem sobre os homens e as sociedades que as produziram, e de constituir, finalmente, aquela vasta rede de solidariedade e de ajuda recíproca que compensa a falta de documento escrito?(FEBVRE,1878-1956) (1949).

Para isso é preciso possibilitar técnicas através de um roteiro investigativo sem que sirva apenas para desenvolver habilidades interpretativas, mas induzir os estudantes a pensar nas fontes de pesquisa como bens culturais para compreensão do processo histórico em relação a sua localidade.

A configuração da identidade de uma nação ou região se dar pela formação cultural porque segundo Anderson,

As sociedades modernas podem assemelhar-se bastante umas às outras em todas as características estruturais-distribuição de forças de trabalho, grau de urbanização, perfil demográfico, tamanho e funções do Estado-permanecendo, ao mesmo tempo, significativamente diferentes em cultura: ninguém confundiria a Bélgica com o Japão. (ANDERSON, 1996 P. 148)

Essa proposta curricular visa substituir o conceito cultural de civilização que se fundamentam em uma ótica eurocêntrica, pois na verdade a importância da história cultural tem como objetivo "... essa história cultural tem por objetivo possibilitar aos alunos compreender que os homens, para sobreviver, se relacionem com a natureza e entre si, e que nesse processo produzem cultura, que abrange, portanto, todas as manifestações históricas dos grupos humanos" (SEE/RJ, 1994, P. 76).

E nos PCNs:

Os aprofundamentos de estudos culturais, principalmente no diálogo da História com a Antropologia, têm contribuído, ainda, para um debate sobre os conceitos de cultura e de civilização. Alguns historiadores rejeitam o conceito de civilização por considerá-lo impregnado de uma perspectiva evolucionista e otimista face aos avanços e domínios tecnológicos, isto é, com uma culminância de etapas sucessivas em direção a uma cultura superior antecedida por períodos de selvageria e barbárie. Nessa linha, os historiadores valorizam a ideia de diversidade cultural e multiplicam as concepções de tempo. (BRASIL, 1998, p. 32)

Segundo Giroux e Simon (1994, pág.99), devemos abordar temas que induza o debate como "aquelas narrativas, histórias locais e memórias que foram excluídas e marginalizadas nas interpretações dominantes da história".

Chartier mostra a diferença de sentido atribuídos por diferentes leitores a uma mesma narrativa, enfatizando que existem diferentes interpretações, dependendo das pessoas e da época em que os textos circulam, podendo mudar de configuração a medida que surgem novas interpretações. "Chartier escolheu concentrar-se nos estudos das práticas culturais, sem postular a existência de uma cultura geral", diz Mary Del Priore.

2.2 NOVAS ABORDAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Cada nação ou região apresenta um perfil que corresponde à maneira de viver de um povo que está relacionada às vários fatores econômicos, sociais e culturais que geram diferentes desigualdades sociais. Buscar uma identidade nacional requer uma proposta

curricular que atenda a diversidade cultural norteada por princípios e valores que dizem respeito às normas constitucionais da garantia da cidadania.

Nesse sentido as propostas curriculares visa despertar no aluno o censo crítico e ser um “cidadão crítico” é fazer com ele desenvolva uma postura crítica diante da sociedade em que vive. Para garantir essa postura é que o ensino de História passou por várias mudanças, em função das transformações porque passaram a sociedade diante dos avanços tecnológicos que influenciaram novas atuações criativas. Apesar das diferenças de organização social essas mudanças abrangem a todos em processo de desenvolvimento gradual, pois nem todos conseguem o mesmo nível de desenvolvimento, mas consegue entender de forma crítica o porquê do não “acontecer” em todas as dimensões sociais.

Articular um ensino de qualidade onde todos devem ter acesso ao conhecimento faz com que o grau de maturidade avance no sentido de trazer contribuições de engrandecimento pessoal e conseqüentemente busque inovações para possíveis mudanças no meio em que vive, pois somos seres pensantes e pequenos gestos pode modificar toda uma estrutura de mudanças consideráveis para garantir efetivas transformações em função da melhoria da qualidade de vida de uma nação na construção de uma sociedade democrática.

Assim os objetivos do ensino de História se articulam com essas transformações a medida que as conquistas vão se efetivando exige-se mudanças na maneira de ensinar de entender o presente a partir do passado de lutas e conquistas. E a escola precisa se adequar o seu currículo de acordo com as propostas curriculares que são elaboradas em função das demandas educativas que segundo as afirmações de Chervel que esclarece as dimensões dos objetivos das disciplinas. Que para ele,

A instituição escolar é, em cada época, tributária de um complexo de objetivos que se entrelaçam e se combinam numa delicada arquitetura pela alguns tentaram fazer o modelo. É aqui que intervém a oposição entre *educação e instrução*. O conjunto dessas finalidades consigna à escola em sua função *educativa*. Somente uma parte delas obriga a dar a escola a dar uma *instrução*. Mas essa instrução está inteiramente integrada a o sistema educacional que governa o sistema escolar, ou o ramo estudado. As disciplinas escolares estão no centro desse dispositivo. Sua função consiste, em cada caso, em colocar um conteúdo de instrução a serviço de uma finalidade educativa. (CHARVEL, p.188, grifo nosso).

Então cabe a escola como instituição educadora acompanhar essas transformações e adequar os seus objetivos de forma que atenda ao que seu público escolar de acordo com as suas necessidades sociais e culturais na busca da sua identidade. Sem se deixar ser

influenciada pelo sistema capitalista e buscar novas formas de sobrevivência dentro de seus padrões culturais a fim de amenizar as desigualdades sociais, pois ao adotar uma identidade que não é própria da sua nação ou região favorece o engrandecimento de outros setores e contribuem para o enfraquecimento da cultura local. Portanto, o papel do formador deve contribuir para que através da história busquemos a nossa identidade nacional sem adotarmos um sentido paradoxal, no caso brasileiro, uma vez que deveríamos nos sentir brasileiro, mas antes de tudo pertencemos a um mundo ocidental e cristão (BITTENCOURT; NADAI).

Sabemos que as propostas ainda são fundamentadas para atender as ideologias capitalistas e pouco tem avançado em currículo voltado para a diversidade cultural. Existem um campo muito vasto de legislação, diretrizes, resolução, decretos e leis instituindo as escolas a adotarem uma política voltada para atender as mudanças contemporâneas numa visão do respeito às diversidades culturais. Diante das polêmicas de implementação dessas políticas percebemos que a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” através da Lei 10.639/2003 que oficializa obrigatoriamente a inclusão no currículo da Rede de Ensino essa temática. A lei recomenda que seja feita,

O estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra Brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira são ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História do Brasil.

Além dessa Lei existe o Parecer CNE/CP n.º 3, de 10 março de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a Resolução CNE/CP Nº 1, de 17 de junho de 2004 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana que servem de referências obrigatórias para garantir políticas para essa categoria social, porém observa-se que trabalhar apenas a Cultura Afro-Brasileira necessariamente não esteja contribuindo de fato para uma educação multicultural, já que enfatiza um momento histórico do negro em nosso país.

A pluralidade cultural seria a valorização das culturas das minorias sociais, pouco abordada nas escolas, que graças a movimentos sociais é que tem despertado uma consciência

mais abrangente quanto à importância da diversidade cultural existente em nosso país e que consegue refletir no âmbito escolar. Segundo Gadotti 1992.

A diversidade cultural é a riqueza da humanidade. Para cumprir sua tarefa humanista, a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas além da sua. Por isso, a escola tem que ser local como ponto de partida, mas tem que ser internacional e intercultural como ponto de chegada (...) Escola autônoma significa escola curiosa, ousada, buscando dialogar com todas as culturas e concepções de mundo. Pluralismo não significa ecletismo, um conjunto amorfo de retalhos culturais. Significa, sobretudo, diálogo com todas as culturas, a partir de uma cultura que se abre às demais. (GADOTTI, 1992, p. 23).

Podemos constatar que no país cheio de preconceitos e estereótipos ainda precisamos avançar nas questões de inclusão social, pois a escola ainda é vista como excludente já que não possui um currículo próprio que atenda o pluralismo cultural, pois as diferenças culturais e não sirvam acirrar a discriminação e sim promover a construção de uma identidade nacional marcada por ideologias que contrariam a nossa identidade.

2.3 PATRIMÔNIO CULTURAL

Entende-se por Patrimônio Cultural todo processo histórico vivido de um povo que com o passar do tempo vão sendo visto como saberes que deve ser preservado por toda a comunidade, pois revela a construção da nossa identidade histórico cultural, como nos mostra Fenelon que os bens culturais de uma sociedade,

Não são apenas aqueles tradicionalmente considerados dignos de preservação, produzidos e definidos pelos vencedores de cada época. Ao contrário os frutos de todos os saberes, todas as memórias de experiências humanas. Não apenas monumentos, bens isolados e descontextualizados, mas testemunhos materiais portadores de significados, passíveis de muitas leituras. (FENELON, p. 34).

O artigo 216 da Constituição Federal assim conceitua patrimônio cultural:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Esse moderno conceito de patrimônio cultural nos faz deixar de lado as antigas expressões usadas a nos referir pala antiga constituição, tais como: “patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e paisagístico”.

Sendo assim, a história deixou de ser a dos grandes homens feitos e o patrimônio como afirma Barretto que:

O patrimônio deixou de ser definido pelos prédios que abrigavam reis, condes e marqueses e pelos utensílios a eles pertencentes, passando a ser definido como o conjunto de todos os utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças e forma de vida cotidiana de todos os segmentos que compuseram e compõem a sociedade” (BARRETTO 2001, p.11)

Diante desse novo conceito cria-se uma nova visão de valorização do patrimônio cultural como forma de expressar a memória dos diferentes elementos étnico-culturais que fazem parte da nação brasileira. Ao analisarmos a nossa história a partir das inovações dos conceitos expresso na Constituição atual, podemos adotar uma nova política na construção de uma memória plural.

Portanto ao estudar os espaços considerados “monumentos históricos” devemos ter o cuidado de não nos determos apenas aos que serviram de destaque como líderes do poder, deixando a entender que apenas eles foram construtores exclusivos da memória histórica.

Jean-Noël Luc, historiador e pesquisador educacional francês, afirma que,

Todo meio, rural ou urbano, está situado no tempo. Possui uma história e esta história deixou suas marcas. Nas memórias e nos arquivos. Mas também no seu entorno. Objetos e edifícios diversos são testemunhos de existências anteriores. São laços de união entre passado e o presente. (Jean-Noël Luc, 1981, p. 14).

O importante é saber que tudo que foi construído ao longo do tempo faz parte do patrimônio cultural e que ao estabelecer um determinado estudo do meio precisamos levar os alunos a compreender que tudo que ficou registrado são marcas do passado e contribuem para transformar em objeto de estudo que pode envolver outras disciplinas desde que acompanhado por metodologias que pode envolver professores, alunos comunidade escolar e

familiar através de determinadas estratégias que irão servir de roteiro e organização da pesquisa, pois ao definir os métodos estamos garantindo que os alunos desenvolva o pensamento crítico.

Implica em aludir sobre o papel da memória na construção de identidades coletivas e, saber os recursos que têm recorrido os estados modernos na legitimação da ideia de nação. Permeando essas questões deve-se considerar o uso simbólico que os diferentes grupos sociais fazem de seus bens como meios de se referir ao passado, proporcionando prazer aos sentidos, produzindo e veiculando reconhecimento. (FONSECA 1997, p. 49).

Deve-se estudar o patrimônio, como diz Fonseca, porque todos os segmentos que compõem uma sociedade são dotados de história e devem ser estudados, da mesma forma que as interpretações feitas sobre as relações entre esses distintos segmentos.

3 RECONSTITUINDO A HISTÓRIA MUNICIPAL: UMA EXPERIÊNCIA EM PESQUISA-AÇÃO

Para a descrição dessa experiência pautada em pesquisa-ação devemos partir de questionamentos sobre o que é ensinar História fundamentada no passado e qual a importância do seu estudo para a vida das pessoas. Para Gaddis (1998, p. 26),

O estudo do passado não é um guia seguro para prever o futuro. Poderíamos dizer que o conhecimento do passado nos prepara para o futuro, expandindo nossa experiência, fazendo com que possamos aumentar nossas habilidades, nossa energia e se tudo for bem, nossa sabedoria. (GADDIS, 1998, p. 26).

Como entendemos o passado? O “cego” Faustino, personagem do romance “Viva o povo brasileiro” de João Ubaldo Ribeiro, fala sobre isto ao definir o que é a História:

Mas explica o cego, a História não é só essa que está nos livros, até porque muitos dos que escrevem livros mentem mais do que contam histórias de Trancoso. (...) Toda história é falsa ou meio falsa, e cada geração que chega, resolve o que aconteceu antes dela, e assim a História dos livros é tão inventada quanto a dos jornais, onde se lê para de arrepiar os cabelos. Poucos livros devem ser confiados, assim como poucas pessoas, é a mesma coisa. Além disso continuou o cego, a História feita por papéis deixa passar tudo aquilo que não se botou no papel, e só se bota no papel o que interessa (...). Então toda História dos papéis é por interesse de alguém. E tem mais, falou o cego, o que para um é preto como carvão, para outro é alvo como jasmim. (...) que para um é importante, para outro não existe. (RIBEIRO, 1984, p. 121).

Isso nos leva a refletir como podemos direcionar o ensino de História sem nos determos apenas aos livros didáticos e qual a importância desse conhecimento para a formação do conhecimento. O historiador Winock nos diz que,

A história (...) contribui, em primeiro lugar para entendermos o mundo presente. Como em uma cidade coexistem através da arquitetura, das crenças, dos mitos e superstições do passado e presente. A história ajudaria a decifrar esta paisagem. A História também ajudaria a entender que além de tudo o que está gravado na pedra ou sepultado debaixo da terra as atitudes e os comportamentos humanos perante a doença, o sofrimento, a morte, as idades da vida não são eternos. Pertencem à temporalidade, têm um princípio e um fim. A história é a arte de aprender que o que é nem sempre foi, que o que existe pode alguma vez existir, que o novo não é forçosamente e que, ao contrário, o que consideramos por vezes eterno é muito recente. Esta noção

permite situarmo-nos no tempo, relativizar o acontecimento, descobrir as linhas de continuidade e identificar as rupturas. (WINOCK apud MATTOZZI, 1998, p. 26).

Ensinar História torna-se necessário entender como a criança aprende história e como ela pensa historicamente e que “este pensar se concretiza a partir da constituição da narrativa quando o indivíduo interpreta o passado seguindo os princípios e regras da ciência da história” (RUSEN, 2001). Para isso devemos ensinar história a partir da história de vida das crianças e do seu entorno, pois estamos contribuindo para que o ensino torne-se significativo e a criança sinta-se valorizada como sujeito histórico.

Atualmente existe uma imensa fonte de pesquisa para o ensino de História cabe ao professor selecionar os conteúdos, mas um professor de ensino fundamental nas séries iniciais que trabalha com todos os conteúdos não é uma tarefa fácil, os livros didáticos nos servem de subsídios em termos de informação, pois são elaborados a nível nacional, cabe ao professor adequar a sua realidade ao trabalhar determinado conteúdo dando sentido para que a crianças desenvolva o espírito crítico. Diante disso o professor torna-se um condutor do que realmente é importante ensinar para a criança criando critérios próprios na seleção dos conteúdos com uma visão de que a partir de um determinado conteúdo surjam novas curiosidades a respeito de outros assuntos pertinentes na construção do conhecimento.

O ensino de História durante um determinado período servia apenas para transmitir informações sobre a História do país, o descobrimento do Brasil, a independência brasileira sem que fosse questionado e outros fatos que marcaram época a partir da chegas dos europeus no nosso território.

Somente na década de 1980 muda-se de configuração quanto à seleção dos conteúdos fundamentas em ideias marxista que trouxe uma visão historiográfica baseada em conteúdos que despertasse no cidadão uma visão crítica abordando questões econômicas e luta de classes. Bittencourt afirma que,

O denominado materialismo histórico serviu de base para a elaboração de muitas obras didáticas condição que se consolidou a organização de conteúdos da história das sociedades do mundo ocidental pelos modos de produção e pela luta de classes. Os conteúdos escolares foram organizados pela formação econômica das sociedades, situando os indivíduos de acordo com o lugar ocupado por eles no processo produtivo. Burguesia, proletariado, aristocracia são os sujeitos sociais que fornecem visibilidade às ações da sociedade, e os confrontos entre diversos grupos sociais explicam as mudanças e permanências históricas (BITTENCOURT, 2006, p. 146-147).

No entanto, apesar dessas mudanças ainda não havia um critério de seleção no que diz respeito a realidade da criança, como afirma Bittencourt,

A seleção dos conteúdos é pensada a partir daquilo que significam enquanto domínio do saber disciplinar dos professores e não se vinculam a um critério de seleção baseado, direta ou indiretamente, nos problemas do aluno e da sua vida em sua condição social cultural (BITTENCOURT, 2004, P. 137).

A partir dessas novas abordagens, conteúdos temas relacionados a própria construção do conhecimento passaram a fazer parte dos. E para garantir esse processo de mudança foi proposto pelo governo federal os parâmetros para a educação básica do Brasil, através da promulgação da Lei 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional evidenciando uma nova forma de pensar a aprendizagem. Segundo Holien Bezerra,

Os objetivos da educação da educação básica não se restringem à assimilação maior ou menor de conteúdos prefixados, mas se comprometem a articular o conhecimento, competência e valores, com a finalidade de capacitar os alunos a utilizarem-se das informações para a transformação de sua própria personalidade, assim como para atuar de maneira afetiva na transformação da sociedade. (BEZERRA, 2003 P. 37).

Como foco irradiador de seleção de conteúdos para as séries iniciais a partir da década de 1990 os PCN História delimitaram assim o que deveria ser ensinado:

Os conteúdos propostos estão constituídos, assim, a partir da história do cotidiano da criança (o seu tempo e o seu espaço), integrada a um contexto mais amplo, que inclui os contextos históricos. Os conteúdos foram escolhidos a partir do tempo presente no qual existem materialidades e mentalidades que denunciam a presença de outros tempos, outros modos de vida sobreviventes do passado, outros costumes e outras modalidades de organização social, que continuam de alguma forma, presentes na vida das pessoas e da coletividade. Os conteúdos foram escolhidos, ainda, a partir da ideia de que conhecer as muitas histórias, de outros tempos, relacionados ao espaço em que vivem, e de outros espaços, possibilita aos alunos compreenderem a si mesmos e a vida coletiva de que fazem parte. (PCN, 1997, P. 34).

Os estados e municípios tem autonomia para criar o seu currículo para o ensino de História fundamentados no PCN, a partir daí são lançados livros didáticos que abordam diferentes conteúdos que ficam a critério do professor na escolha dos conteúdos e métodos

que melhor se adeque a realidade do aluno e que possibilite o desenvolvimento da capacidade de compreensão dos processos e sujeitos históricos nesse sentido o professor passa a ser visto como sujeito do conhecimento e escola é o espaço ideal para a disseminação desse conhecimento.

Nesse sentido os livros didáticos não podem ser abolidos como ferramenta para escolha dos conteúdos, pois eles são importantes fontes de informações já que são elaborados de acordo com os currículos propostos, pois cumprem diversas tarefas “como a função referencial, ligada a tradução dos conteúdos de ensino presentes nos programas e currículos” (Chopin, 2004, p. 553), inclusive o ensino da História local que de acordo com Bittencourt,

A história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência-escola, casa, comunidade, trabalho, lazer – e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente. (BITTENCOURT, 2004, P. 168).

O que devemos evitar é usar os conteúdos dos livros didáticos apenas para entender a História como pronta e acabada sem levar em consideração “o contexto histórico e os sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Este entendimento de como entendimento de como ensinar história pode levar a um ensino que não desenvolve algo muito importante enquanto função do ensino de história que é orientar os problemas da vida prática” (RUSEN, 2001).

É necessário que ao escolhermos os conteúdos de história tenhamos em mente a perspectiva da formação do pensamento histórico e a importância da narrativa como método de aprendizagem em história. Nesse sentido a essência do ensino seria a constituição de narrativas concebidas pela descrição, análise e explicação. (MATTOZZI, 1998).

O que torna significativo é a metodologia adotada pelo professor tornando-se “um mecanismo essencial para que o aluno possa apropriar-se de um olhar consciente para sua própria sociedade e para si mesmo” (BEZERRA, 2010, p. 42).

Portanto a organização dos conteúdos deve seguir critérios para abordagens de temas que possibilite a articulação entre as ideias histórica dos alunos e o conhecimento adquirido, levando-o a questionar, levantar hipóteses e elaborar narrativas a partir de fontes, despertando o interesse em conhecer a história dos nossos antepassados para um melhor entendimento do meio em que estão inseridos e entender que a história é um processo de desenvolvimento das “relações que se estabelecem entre os grupos humanos em diferentes tempos e espaços”.

Assim estamos tornando possível o ensino de história de forma lúdica articulando a ideia de pertencimento, cotidianidade, o respeito às diferenças considerando que a sua história é diferente do outro ajudando a enfrentar os preconceitos e discriminação que causa a exclusão social.

Ao estudar a história do município estamos garantindo o desenvolvimento do pensamento histórico através de narrativas que servirão para a formação humanística dos alunos sem negar os seus valores e sentir-se responsável pela formação cultural na busca de amenizar as desigualdades que existem em função de um histórico que valorizavam as ideias dos mais favorecidos muitas vezes induzidos pelo materialismo esquecendo-se de valorizar a história local como referência para um despertar de consciência que surge quando se dá oportunidade de entender que independente a nossa situação financeira somos parte integrante de uma sociedade que luta e vence os obstáculos na busca da superação, enfrentado a ganância de muitos que muitas vezes servem de barreiras para o engrandecimento do outro.

3.1 O PROJETO E OS RESULTADOS

Não podemos negar a história atual serve para nos situarmos e entender que os problemas existentes são fruto de um passado em que muitos direitos foram negados que nos remete a buscar resposta nas palavras de historiadores como nos diz o historiador Eric Hobsbawm citado por PINSKY (1999): “Ser membro da comunidade humana é situar-se com relação ao seu passado” que nos direciona a “uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições valores e padrões da sociedade”. A História é referência. É preciso que seja bem ensinada.

Considerando isso, realizou-se uma pesquisa de campo na comunidade local junto aos alunos do 5 ° ano do ensino fundamental e juntamente com os professores da Escola Municipal Adauto Ferreira de Andrade. Para estudar a história do Município de Santa Cruz – PB, fizemos um passeio pela comunidade local fazendo um levantamento e sistematização de documentos: localização, prospecção de fontes em acervos documentais e em arquivos da Câmara Municipal, assim como na Igreja, nas Bibliotecas e através de entrevistas com pessoas da comunidade.

Desenvolveu-se um projeto didático-pedagógico com os alunos onde se constituído, principalmente, por meio das análises de entrevistas que registram a história do Município Santa Cruz-PB.

Como forma de conhecer um pouco da História local foi feito um estudo de campo em uma caminhada pela cidade, elaborando um roteiro de observação para que os alunos soubessem o que iriam fazer durante a visita a um determinado local com atividades específicas para ver, fazer e registrar seguido o roteiro de observação que Horta (1999) nos propõe:

- ❖ Quais construções chamam mais a atenção e por quê? Algumas delas estão nos mapas mentais feitos em sala de aula?
- ❖ Quais são as construções mais antigas? Têm características comuns (estilo, materiais, tamanho etc.)?
- ❖ Identificar edifícios modernos com decoração imitando estilos mais antigos, janelas, portas, telhados, grades, postes e luminárias, letreiros etc.
- ❖ Procurar mudanças feitas nos edifícios que não combinem com eles, como janelas e portas substituídas, acréscimo de pavimentos ou telhados novos. Estas observações podem levar a discussão dos motivos que levaram as pessoas a fazerem estas modificações?
- ❖ Observar detalhes nas construções que ofereçam indicações sobre seus moradores. São ricos ou pobres? Jovens ou velhos? Que tipos de interesse têm? O que o nome dos escritórios pode revelar? E as denominações das ruas?
- ❖ Observar os materiais de construção: são locais ou vêm de fora? Naturais ou artificiais? Os materiais usados nas casas mais antigas são os mesmos nas construções mais recentes?
- ❖ Exercitar a percepção sensorial através da identificação de sons, cheiros, texturas, sensações em relação aos edifícios, às ruas e aos espaços públicos (praças, lagos, etc).
- ❖ A caminhada pode completar também a produção, por parte dos alunos, de uma série de fotografias para serem posteriormente catalogadas, analisadas. (HORTA, 1999, p. 28)

Foi possível notar durante o desenvolvimento desta atividade, que a aprendizagem da história desta forma leva em consideração e importância não só os conteúdos dados como naturais para a história, mas as narrativas sobre os acontecimentos, vinculando a narração das experiências de maneira que o passado possa torna-se presente no quadro cultural da orientação para a vida prática contemporânea (RUSEN, 2001, P. 55).

Nas entrevistas realizadas com os pais dos alunos sobre a vida deles quando criança, o que mudou, quais as brincadeiras da época e como viviam, notou-se que as crianças se surpreendiam ao comparar sua realidade a realidade dos pais.

Cada aluno trouxe para a sala de aula a história de vida de seus pais com apresentação de fotos de suas famílias onde tiveram a oportunidade de socializarem sobre suas descobertas a respeito das vivências de seus familiares. Além disso, foi feita uma dinâmica em que aluno

falou de suas características físicas e psicológicas favorecendo uma melhor interação e a percepção de si mesmo e dos colegas.

Em sequência realizamos a construção de árvores genealógicas e notou-se que ao abordar as questões relativas às famílias e ao passado histórico os alunos desenvolviam uma melhor compreensão sobre a existência de diferentes tipos de famílias e seus componentes em tempos e espaços diversos.

Como cerne da atividade construiu-se um relatório com os resultados das pesquisas feitas pelos alunos que tinham como objetivo descobrir a origem do nome do Município de Santa Cruz. Eles trabalharam com fontes históricas como a bibliografia do seu fundador Professor Nestor Antunes disponível em arquivos da Câmara Municipal e com as próprias entrevistas com a comunidade. Visitaram locais de preservação cultural como: Igreja, mercado público, cruzeiro e alguns prédios que foram destruídos e puderam analisar o seu estado de conservação.

Como resultado, foi realizada uma exposição dos trabalhos na escola, com desenhos e confecções de maquetes para que os demais alunos conhecessem melhor sobre a nossa comunidade. O trabalho adquiriu tamanha propagação que foi elaborada uma apostila com a história do município contendo dados geográficos, históricos, político e social a partir das fontes de pesquisas como: Projeto de Lei de Criação do Município n.º 443/59, dados Bibliográficos do fundador Professor Nestor Antunes de Oliveira, relatório sobre a origem do município, fotografias antigas, histórico dos Distritos de Casinha do Homem, São Pedro e o município da Serra do Comissário considerado um ponto turístico.

A apostila foi entregue à Secretaria do Município para ser distribuída nas escolas como fonte de pesquisa e para que os professores pudessem elaborar novos projetos visando uma melhoria na qualidade de ensino, levando-os a perceber, principalmente, que a prática docente deve ser pautada na busca de novos conhecimentos, fruto da investigação e não da reprodução daquilo que já foi dado.

O percurso de investigação desenvolvido com os alunos mostrou-nos que não podemos nos estabelecer como sujeitos, prontos e acabados. Modificamo-nos com o passar do tempo e através do tempo e o conhecimento é fruto de um trabalho coletivo, do qual todos participam na condição de sujeitos históricos.

A pesquisa pretendeu comprovar que o idealismo e o trabalho de um povo se estreitam na medida em que se sentem parte integrante do processo histórico, viabilizando laços intelectuais e afetivos que permitem o desenvolvimento de atitudes de valorização e respeito em relação àquilo que forma a identidade local. Reconhecer, efetivamente, a importância das

diferentes formas de vidas existentes no lugar é um passo importante para desenvolver ações que visem preservar o patrimônio cultural construído por diferentes pessoas ao longo do tempo, despertando a necessidade da valorização desses patrimônios para exercer a sua cidadania.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do princípio de que o estudo é dinâmico e precisamos adaptá-lo a realidade do aluno, considerou-se necessário uma mudança na metodologia, no sentido de garantir a implantação de eixos temáticos norteadores de uma prática democrática que privilegie o estudo local para uma melhor compreensão dos fatos históricos, através da valorização do universo do aluno; análise de documentos; investigando fatos e adaptando novas formas de adaptação ao estudo que contribuam para que o aluno construa seu próprio conhecimento.

O uso de documentos nos trazem revelações de fatos passados que podem ser explorados como fonte de pesquisa para facilitar a compreensão do processo de produção do conhecimento histórico, pois devem ser vistos como vestígio do passado e que fazem parte da memória social e que precisam ser preservados como patrimônio histórico da sociedade.

Existem diferentes tipos de documentos que podem ser analisados e servirem como recurso didático que de acordo com as suas características e linguagens abordadas servirão para o professor aprofundar temas abordados em sala de aula.

Nesse sentido, o professor de História precisa ter domínio de quais conteúdos são mais relevantes para os alunos em virtude do vasto campo de pesquisa que são mencionados nos livros didáticos, podendo relacionar os objetivos as propostas pedagógicas e oferecer condições de aprendizagem.

Diante do aumento de produção historiográfica que vem consideravelmente trazendo novas interpretações a respeito dos acontecimentos, e para que o professor saiba interpretar essa nova visão, é necessário que ele busque uma formação continuada para que possa se manter atualizado e atender as novas concepções pedagógicas na busca de alcançar seus objetivos.

A experiência com a pesquisa em história local revelou a disciplina de História como um campo vasto do conhecimento, mas muitas vezes é confundida com a narração de um fato e como nem todos são historiadores cabe ao professor entender que a História no campo disciplinar apresenta métodos próprios de investigação. Daí a necessidade de uma formação continuada para entender em que contextos os historiadores da época se fundamentavam para fazer os seus relatos que muitas vezes sustentados por verdades provisórias e que seriam revistos por outros que interpretavam com outra visão crítica.

Estudar História vai muito além de narração de fatos, é preciso compreender que ela pode ser interpretada por diversos historiadores que fazem análise baseado em dados que

podem trazer diferentes interpretações e pelo fato de não existir uma única verdade No campo das ciências humanas.

Analisando o trabalho desenvolvido com os alunos, observamos a importância de se trabalhar a partir da realidade local, pois ao fazerem a pesquisa contribuiu para despertar no aluno a sua capacidade de observação, reflexão, análise e posicionamento sobre a realidade local despertando a importância de valorizar e entender a dimensão dessa experiência ao resgatar a história local, pois até então não tínhamos nenhum acervo a respeito da história do município e serviu para estabelecer relações com as experiências vividas por outros indivíduos e grupos sociais do passado e presente.

Serviu também para manter um diálogo com outras áreas do conhecimento como geografia, português e arte, permitindo que o aluno construísse novos conhecimentos, com muito mais autonomia e criatividade. Ao estudar os aspectos geográficos, a narração das pesquisas e a confecção de maquetes viabilizou a interação entre os docentes ao desenvolver um trabalho interdisciplinar culminando com uma exposição dos trabalhos que foi bastante pertinente no trabalho cooperativo, cujo desafio fortaleceu o grupo, fazendo valer a tentativa e a caracterização do trabalho interdisciplinar.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Zona de compromisso**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

AREVALO, Márcia Conceição da Massena. **Lugares de Memória ou a Prática de Preservar o Invisível Através do Concreto**. Disponível em: <http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol3n7/marcia.htm>.

BRASIL, **Ministério da Educação e do Desporto**. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: História. Brasília: MEC/SEF, 1997. P. 54.

BRASIL, **Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996^a

BITTENCOURT, Circe. Pátria, **Civilização e trabalho** – o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1030), São Paulo: Loyola, 1990.

BITTENCOURT, C. M.F. **Capitlismo e Cidadania nas atuais propostas curriculares de História**. In: BITTENCOURT, C. M. F. (Org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1997. P. 20.

BITTENCOURT, Maria Circe. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou o ofício do historiador**. Prefácio Jacques Le Goff. Tradução A. Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL, **Ministério da Educação e do Desporto**. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: História. Brasília: MEC/SEF, 1997. P. 40.

BRASIL, **Lei nº 10. 639, de 8 de janeiro de 2003**. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental 3º e 4º Ciclos – História**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**. A história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Edurgs, 2002, p. 95.

CERRI, L. F. **Perfil dos professores de História nos Campos Gerais do Paraná - Brasil**. Publicatio UEPG. Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes. , v.15, 2007.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. Teoria e Educação, nº 2, p. 177-229. 1990.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil, 1988.

FONSECA, Maria. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/ IPHAN, 1997. p. 49-50.

FENELON, Déa. Políticas Culturais e Patrimônio Histórico. In: **Ciclo de debates sobre cultura e memória**: perspectivas de administração pública brasileira hoje. Brasília: ENAP, 1993.

GADOTTI, M. **Diversidade cultural e educação para todos**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

GAGO, M. Uso(s) e “utilidades” da narrativa histórica na aula: um olhar de professores acerca da aprendizagem dos estudantes. In: BARCA, Isabel; SCHMIDT, m. A. (Org.). **Aprender História**: perspectivas da educação Histórica. Ijuí: Unijuí, 2009.

GIROUX, Henry & SIMOM, Roger. **Cultura Popular e Pedagogia Crítica: A Vida Cotidiana Como Base Para O Conhecimento Curricular**. In: MOREIRA, Antônio F. B. e Silva, Tomaz Tadeu (orgs.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Eveline; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. **Brasília**: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Musel Imperial, 1999

LAVILLE, C. **A guerra das narrativas**: debates e ilusões em torno do ensino de história. Revista Brasileira de História. Disponível em: <http://www.sciclo.br/pdf/rbh/n19n38/0999.pdf>.

LUC, Jean-Noël. **La enseñanza de la historia a través del médio**. Madrid: Editorial Cincel, 1981. Original francês.

MATTOZZI, I. As competências da cidadania: Qual o papel para a História? Um olhar da Itália. In: BALDIN, N.; ALBUQUERQUE, C. (orgs.). **Novos desafios na educação**. Responsabilidade social, democracia esustentabilidade. Brasília: Liber Livro. 2012. p. 97-122.

MATTOZZI, I. Didática da História e Educação para o patrimônio. (Org.) Revista Nova Escola. **Edição 263**, JUNHO/JULHO 2013.

NADAI, E. Ensino de História e a “Pedagogia do Cidadão”. In: J. PINSKY (org), **O ensino de História e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1988, p. 23-30.

NEVES, Joana. **História Local e Construção da Identidade Social**. Saeculum – Revista de História. João Pessoa: Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, n. 3, jan./dez. 1997.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP. N° 10, 1993 p. 11.

PROENÇA, Maria Cândida. **Ensinar/Aprender História**. Lisboa: Horizonte, 1990.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Viva o povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

RÜSEN, J. 2001. **Razão histórica**: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília, Editora da UNB, 2001, p. 194.

SANTOS, Boaventura Souza. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez, 2006.

SCHIMIDT, M. A. M. S. A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula. In; BITTENCOURT, C. M. F. (Org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997. P. 57.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2004.

ANEXOS